

ANALISTA DE GESTÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE (AGAS) BACHAREL EM DIREITO (NÍVEL I)

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **45 (quarenta e cinco)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas ou em sua folha de texto definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Nas opções a seguir, há a indicação de uma figura de linguagem com um exemplo correspondente.

Assinale a opção em que a indicação do exemplo está correta.

- (A) **Personificação**: Por mim, teria evitado casar até mesmo com a sabedoria, caso ela me quisesse.
- (B) **Antítese**: A esposa diligente é a coroa do seu marido; e a que lhe causa problemas é o câncer dos seus ossos.
- (C) **Eufemismo**: Um marido nunca deve ser o primeiro a pegar no sono nem o último a acordar.
- (D) **Paradoxo**: Estou para realizar minha última viagem, um grande salto no escuro.
- (E) **Hipérbole**: O infinito é uma esfera infinita, cujo centro está em toda parte e a circunferência em nenhum lugar.

2

Biscoito significa “cozido duas vezes” (*bis+ coctu*), pois era, na verdade, o que acontecia: coziam a massa duas vezes para que, endurecida pela desidratação, pudesse durar mais tempo, o que era muito útil nas viagens demoradas pelo mar. BIS é um radical latino - também assume a forma BI (*biforme*) ou BA (*balança*) -, que entra como primeiro elemento na construção de novos vocábulos, com valor semântico de “dois ou duas vezes”.

Assinale a opção em que, usando esse radical, o vocábulo indicado está correto.

- (A) Que tem dois pés: **bipedestre**.
- (B) Que ocorre de dois em dois meses: **bimensal**.
- (C) Que ocorre uma vez a cada dois anos: **bianual**.
- (D) Casado com duas esposas: **bigamo**.
- (E) Que fala duas línguas: **biarticulado**.

3

Assinale a opção em que todos os vocábulos grafados com **e** ou **i** estão escritos corretamente.

- (A) adiante / lampião / crâneo.
- (B) veado / pior / casimira.
- (C) palitô / Pireneus / arrepio.
- (D) irriquieto / digladiar / dilapidar.
- (E) crioulo / pátio / confissionário.

4

“Uns homens sobem por leves como os vapores e gases, outros como os projetos pela força do engenho e dos talentos.”

Marquês de Maricá.

Sobre a estruturação dessa frase, assinale a observação **incorreta**.

- (A) O termo “Uns” corresponde estruturalmente a “outros”.
- (B) A forma verbal “sobem” está omitida na oração seguinte.
- (C) A preposição “por” tem o valor de “causa”.
- (D) O termo “como os vapores e gases” corresponde estruturalmente a “como os projetos”.
- (E) Os termos “por leves” e “pela força dos engenhos e dos talentos” correspondem-se estrutural e semanticamente.

5

O processo de reificação corresponde a tratar-se o ser humano como uma coisa, um objeto qualquer.

Esse processo aparece nas opções a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) As garrafas de refrigerantes, quando retiradas da geladeira, ficam imediatamente suadas.
- (B) Nas grandes cidades, os passageiros vêm espremidos nos ônibus para o trabalho.
- (C) Após a violenta briga no final do *show*, alguns assistentes tinham a cara amassada.
- (D) Alguns clientes do bar, após beberem por muito tempo, saíam derrapando pelo chão de cerâmica.
- (E) O problema com as crianças é que elas não são retornáveis.

6

Assinale a opção em que houve troca indevida entre “**em vez de**” e “**ao invés de**”, segundo o emprego tradicional dessas expressões.

- (A) — *Com todos os diabos! será possível que tenha eu inspirado um ódio tão grande e tão rancoroso, que, ao cabo de tanto tempo, **ao invés de** extinguir-se, recrudesça com mais fúria?!*
- (B) *Entretanto, se o senhor o acender e insistir em fumá-lo, far-lhe-á ele uma ferida na língua. Desdobre-o! Há de achar dentro, **em vez de** tabaco, papelão!*
- (C) *...como também que o carro já não levava a direção de Laranjeiras, porque no Largo da Lapa, **ao invés de** subir para o Catete, tomou pela rua dos Arcos.*
- (D) *Eu formei o plano do ataque, e os resultados foram excelentes; apenas, **em vez de** ser para nós ambos, foram unicamente para ti...*
- (E) “— *E é exato. Esta existência calma, entre cascatas e mangueiras, **em vez de** acalmar-me os nervos, tem a propriedade de irritá-los...*”

7

Assinale a opção em que o termo sublinhado mostra emprego normal, sem a intenção de **expressividade**.

- (A) Ela sorriu, mostrando **quilômetros** de gengivas.
- (B) Fiquei por três **meses** esperando o documento.
- (C) Fiquei uma **eternidade** esperando por ela.
- (D) Por medo, fiquei **congelado** por mais de uma hora.
- (E) **Enterrei** as mãos nos bolsos, protegendo o dinheiro.

8

Assinale a opção que apresenta uma **variação popular** de linguagem.

- (A) Meu computador parou de funcionar; eu já deveria ter trocado o bloco de alimentação, o que se chama comumente **power supply**.
- (B) Ah! Não! Roubaram meu dinheiro! Estou desesperado!
- (C) Encontrei um pequeno apartamento em Paris para passar férias e eu o adorei! Adorei!!
- (D) Observem que o tal **consórcio da imprensa** reúne grandes jornais relacionados a uma mesma ideologia.
- (E) Dizem que o termo **brega** é proveniente de *Nóbrega*, nome de uma rua de má fama em São Paulo.

9

Nas situações de comunicação a seguir, estão indicados, correta e respectivamente, o emissor (o produtor da mensagem), o receptor (a quem se dirige a mensagem) e o código (o meio empregado na comunicação).

- I. Rosa leu o folheto do supermercado e ficou contente de ver, com 25% de redução, a foto das suas frutas preferidas / O supermercado – Rosa – verbal + imagens.
- II. Duda começou a latir para mostrar a seu dono que estava satisfeita em vê-lo / Duda – o dono – latidos.
- III. Diante do pedido de informação do turista, um transeunte respondeu, dando de ombros / o turista – o transeunte – verbal e gestual.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

10

Leia o texto a seguir

“Contrariamente ao que ocorria outrora, a excelência hoje não se afirma pela duração; a preeminência sobre grande número de competidores e concorrentes se afirma rapidamente e tem pouca duração.”

Para evitar a repetição da palavra sublinhada o autor do texto apelou para a seguinte estratégia:

- (A) elipse do termo.
- (B) substituição por sinônimo.
- (C) substituição por uma perífrase.
- (D) substituição por um pronome.
- (E) ampliação do termo inicial.

Raciocínio Lógico

11

Marcos estuda sempre durante o dia. Nos 5 dias da última semana, de segunda-feira a sexta-feira, em exatos 3 dias, ele estudou apenas 5 horas. O número de horas de estudo na segunda-feira foi igual ao número de horas de estudo na quinta-feira. Na quarta-feira, ele estudou uma hora a mais do que na terça-feira e uma hora a menos do que na segunda-feira.

Ao todo, nesses 5 dias, Marcos estudou

- (A) 17 horas.
- (B) 20 horas.
- (C) 22 horas.
- (D) 27 horas.
- (E) 32 horas.

12

A proposição

“Se eu passo em concurso público, não fico desempregado”

é logicamente equivalente a

- (A) “Se eu não passo em concurso público, não fico desempregado.”
- (B) “Se eu não passo em concurso público, fico desempregado.”
- (C) “Eu passo em concurso público e não fico desempregado.”
- (D) “Se eu fico desempregado, não passo em concurso público.”
- (E) “Se eu não fico desempregado, não passo em concurso público.”

13

Em uma sacola, há 40 bolas. Essas bolas, ou são brancas, ou são azuis. Se uma das bolas brancas for retirada da sacola, a probabilidade de que uma bola sorteada ao acaso seja branca passa a ser $\frac{5}{13}$.

A quantidade de bolas azuis dentro da sacola é

- (A) 25.
- (B) 24.
- (C) 23.
- (D) 16.
- (E) 15.

14

Considere uma lista formada por 5 números inteiros positivos cuja mediana e média aritmética valem, ambas, 8.

As médias aritméticas dos 4 maiores valores e dos 4 menores valores dessa lista são, respectivamente, 8,50 e 7,25.

Assinale a opção que mostra o número que não pode integrar essa lista.

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

15

Dois pentágonos regulares convexos têm áreas medindo 54cm^2 e 6cm^2 .

É correto afirmar que a razão entre a medida do lado do pentágono de maior área e o perímetro do pentágono de menor área é

- (A) 0,2.
- (B) 0,6.
- (C) 0,8.
- (D) 3.
- (E) 9.

Atualidades

16

O relatório de 2022 sobre as Novas Ameaças à Segurança Humana do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinalou que a sensação de insegurança e de medo atormentam seis em cada sete pessoas no mundo. O Brasil, além de continuar na liderança entre os países mais ansiosos do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), tem visto o bem-estar mental dos brasileiros, especialmente os jovens e mulheres, piorar no pós-pandemia, em função do espectro sócio-político polarizado e do aumento das desigualdades, fatores de risco que impactam diretamente na saúde mental de indivíduos e da sociedade como um todo.

QUARTIERO, Maria Fernanda, *O país precisa passar por uma cura social*. 2023, in <https://institutocactus.org.br/> (Adaptado)

Na atualidade, para promover o bem-estar mental, a integridade psíquica e o pleno desenvolvimento emocional de todas as pessoas, as políticas públicas sobre cuidados em saúde mental no Brasil

- (A) adotaram o princípio da segregação, isolando as pessoas com sofrimentos mentais da sociedade, para que tenham um atendimento especializado e setorizado.
- (B) consideraram as doenças mentais como consequências de desajustes morais e sociais, a serem corrigidas mediante terapias medicamentosas e de assistência social.
- (C) aumentaram o número de leitos de hospitais psiquiátricos e a oferta de internações de longa permanência, para evitar transtornos aos familiares dos doentes.
- (D) consolidaram modelos integrados de saúde mental e direitos humanos, mediante abordagens humanizadas de prevenção de doenças e de promoção da saúde mental.
- (E) apoiaram-se na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do SUS, para a identificação e denúncia de portadores de transtornos mentais associados ao uso de drogas ilícitas.

17

A pauta socioambiental está nas mesas de debates e expressões como injustiça ambiental ganham mais espaço nos diálogos. Elas sinalizam a dificuldade de promover adaptação às mudanças climáticas. No Brasil, esse debate teve impulsos recentes: a tragédia no Litoral Norte de São Paulo, durante o Carnaval de 2023, quando um temporal histórico deixou rastro de mais de 60 mortos e quase duas mil pessoas desabrigadas, em uma região que fora negligenciada quanto aos riscos de deslizamentos; e uma enchente histórica que deixou cidades do Acre isoladas e moradores sem acesso aos serviços básicos, em março do mesmo ano.

“Programas ambientais precisam levar em conta racismo ambiental e justiça climática”, in <https://www.jota.info/> (Adaptado)

Com base no trecho e nos exemplos de desastres socioambientais citados, assinale a afirmativa que interpreta corretamente o sentido da expressão injustiça ambiental.

- (A) Os eventos extremos afetam mais as populações historicamente excluídas.
- (B) A vulnerabilidade social, na avaliação dos impactos de desastres ambientais, é uma variável indiferente.
- (C) Os agentes ambientais e climáticos extremos afetam igualmente toda a população da região por eles acometida.
- (D) Os fenômenos naturais penalizam mais os grupos que vivem em áreas rurais do que os que vivem em regiões urbanas.
- (E) As populações marginalizadas são as principais causadoras dos impactos desastrosos da crise climática.

18

O Projeto de Lei nº 2.630/20, apelidado de “PL das Fake News”, foi elaborado com o objetivo de criar a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet, com normas e mecanismos de controle das plataformas digitais.

Em abril de 2023, a Câmara dos Deputados o aprovou, contrariando as pressões das *Big Techs* para rever a proposta, mas o texto ainda precisa passar novamente pelo Senado.

A respeito desse projeto de lei, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () O PL nº 2630/20 visa regular as plataformas digitais, aumentar a transparência da atuação dos provedores de Internet e aumentar o controle sobre a difusão de notícias falsas em ambientes virtuais.
- () O PL nº 2630/20 propõe a responsabilização das empresas por conteúdos publicados por terceiros, caso postem ou veiculem conteúdos ofensivos ou criminosos em suas plataformas.
- () O PL nº 2630/20 objetiva tributar empresas que usam as redes sociais para comércio eletrônico (*e-commerce*), reuniões fechadas por vídeo ou voz e atividades de jogos e apostas *on-line*.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

19

Todos os anos, em janeiro, figuras políticas e personalidades influentes reúnem-se no Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos (Suíça), para discutir os desafios relativos ao desenvolvimento socioeconômico do mundo.

As afirmativas a seguir descrevem corretamente a composição e os objetivos do FEM, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Objetiva promover a cooperação global e a apresentação de projetos e parcerias que podem tornar os países mais interessantes para investimentos estrangeiros.
- (B) Foi criado por movimentos sociais para discutir os impactos do capitalismo globalizado e promover a articulação de movimentos sociais, redes e ONGs.
- (C) Produz estudos, relatórios e análises de cenários sobre o crescimento econômico, finanças, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento social e saúde, entre outros.
- (D) Reúne autoridades políticas e monetárias, executivos de multinacionais, economistas e agentes do mercado financeiro, além de representantes da sociedade civil.
- (E) Recebeu lideranças do governo brasileiro em 2023, as quais defenderam a sustentabilidade ambiental e fiscal, aliadas a políticas de acesso ao crédito e de justiça social.

20

Xi Jinping foi reeleito, em março de 2023, para o seu terceiro mandato como presidente da China, tornando-se, assim, um dos mais longevos chefes de Estado da China comunista.

Assinale a opção que apresenta a característica marcante do seu governo.

- (A) A desmilitarização do país, em sintonia com as diretrizes da ONU para favorecer o uso pacífico da tecnologia nuclear.
- (B) O combate à explosão demográfica que alçou a China a país mais populoso do mundo.
- (C) O controle do Estreito de Malaca, entre os oceanos Índico e Pacífico, principal rota de exportação do petróleo chinês.
- (D) A adoção de medidas restritivas à presença do Estado na economia, o que ampliou a liberdade de empresários e as ações da política externa.
- (E) A consolidação da China como potência econômica global e a centralização de poder na figura do presidente.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação Específica

21

A respeito dos termos que compõem a expressão *Sistema Único de Saúde* (SUS), analise as afirmativas a seguir.

- I. O termo *sistema* indica o somatório das ações assistenciais direcionadas a segmentos populacionais específicos, classificados com base em critérios nosológicos.
- II. O termo *único* refere-se à universalização do acesso a todas as ações e cuidados da rede assistencial pública e privada contratada e ao comando único em cada esfera de governo.
- III. O termo *saúde* é entendido como resultante e condicionante de condições de vida, trabalho e acesso a bens e serviços e, portanto, como componente da cidadania e não apenas como ausência de doença.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22

O Sistema Único de Saúde (SUS) pauta-se em um conjunto de princípios e diretrizes organizativas, traduzidas corretamente em ações voltadas para

- (A) o fomento da participação popular direta, mediante a criação de Comissões Intergestores Tripartites e de Secretarias Municipais de Saúde.
- (B) a promoção da integralidade, para superar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população e investir mais onde a carência é maior.
- (C) a centralização da prestação dos serviços no nível estadual, de modo a assegurar maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos.
- (D) a obrigatoriedade do atendimento público de qualquer cidadão, com o estabelecimento da cobrança progressiva em dinheiro com base em faixas de renda socioeconômicas.
- (E) a organização dos serviços em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica e planejados a partir de critérios epidemiológicos.

23

Em relação ao modo como os entes federados devem se articular para formular, implementar e avaliar a política de saúde, considerando a Lei nº 8.080/90, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É atribuição específica dos Municípios definir, coordenar e executar os programas de vigilância epidemiológica e sanitária.
- () É uma prerrogativa comum a Estados e Municípios participar do controle dos agravos ao meio ambiente.
- () Cabe à União, com recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

24

O usuário do SUS possui o direito de decidir se seus familiares e acompanhantes deverão ser informados sobre seu estado de saúde, bem como tem o direito de ter acesso à anestesia em todas as situações em que for indicada. Essas garantias constam na Carta dos Direitos dos Usuários do SUS e materializam um dos princípios básicos de cidadania que assegura ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado.

A esse respeito, assinale a opção que indica o princípio básico de cidadania que fundamenta os direitos do usuário do SUS citados no trecho.

- (A) O acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
- (B) O tratamento adequado e efetivo para seu problema.
- (C) O atendimento que respeite a pessoa, os valores e os direitos do cidadão.
- (D) O atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
- (E) O comprometimento dos gestores de saúde para que os princípios de cidadania do usuário do SUS sejam cumpridos.

25

A respeito da estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com a gestão dos serviços de saúde, assinale a afirmativa que caracteriza corretamente um dos órgãos gestores do SUS.

- (A) O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) representa os Estados e o Distrito Federal na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para tratar dos principais temas de saúde.
- (B) A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) atua como espaço estratégico de reivindicação, formulação, controle e avaliação da execução das políticas públicas de saúde.
- (C) A Secretária Estadual da Saúde (SES) formula, normatiza, coordena e fiscaliza o Sistema Único de Saúde, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde, além de coordenar as ações de atendimento de alta complexidade.
- (D) As Comissões de Saúde são fóruns públicos que se reúnem de quatro em quatro anos, para avaliar e propor diretrizes para a formulação da política de saúde, com a participação de segmentos sociais representativos do SUS.
- (E) A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) é um órgão deliberativo, constituído por um foro de negociação e pactuação entre gestores federais, estaduais e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS.

26

Os Conselhos de Saúde são o principal canal de participação popular nas decisões da Administração Pública que envolvem o Sistema Único de Saúde (SUS) e, por isso, devem representar a diversidade social e cultural da sociedade. Por meio dos conselhos, a população pode colaborar de forma participativa do planejamento e da fiscalização das políticas públicas na área da saúde.

<https://www.saude.mg.gov.br/> (Adaptado)

Considerando o trecho, assinale a opção que caracteriza corretamente o Conselho de Saúde.

- (A) É um órgão colegiado e paritário do SUS, presente em cada esfera de governo, constituído em situações emergenciais.
- (B) Os conselheiros são representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.
- (C) É uma instância deliberativa que analisa e aprova o plano de saúde e analisa e aprova o relatório de gestão.
- (D) Os conselheiros são indicados pelos respectivos gestores executivos da Saúde dos municípios, dos estados e do governo federal.
- (E) É uma instância submetida às secretarias de saúde dos municípios, dos estados e do governo federal.

27

As afirmativas a seguir indicam corretamente políticas que enfatizam a promoção da equidade em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Programa Nacional de Imunizações.
- (B) Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
- (C) Ações e Diretrizes em Saúde para a População em Situação de Rua.
- (D) Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.
- (E) Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

28

A Política Nacional de Humanização (PNH) está pautada em uma série de diretrizes que expressam métodos adotados para promover a inclusão em saúde. Sobre uma dessas diretrizes, leia a descrição a seguir.

Processo constitutivo das práticas de produção e promoção de saúde que implica responsabilização do trabalhador/equipe pelo usuário, desde a sua chegada até a sua saída. Ouvindo sua queixa, considerando suas preocupações e angústias, fazendo uso de uma escuta qualificada que possibilite analisar a demanda e garantir atenção integral, resolutive e responsável.

<https://www.gov.br/saude/pt-br> (Adaptado)

Assinale a opção que indica a diretriz da PNH descrita no trecho acima.

- (A) Vínculo.
- (B) Co-gestão.
- (C) Participação.
- (D) Acolhimento.
- (E) Atendimento.

29

Considerando os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de saúde, detalhados na Resolução de Diretoria Colegiada RDC 63/2011, assinale a opção que indica o(s) serviço(s) de saúde que, segundo o seu tipo de atividade, documentação e registro, deve(m) se manter disponível(eis).

- (A) O projeto básico de arquitetura, com aprovação pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.
- (B) O controle de saúde ocupacional e o controle de qualidade da água.
- (C) Os contratos de serviços terceirizados e a certificação de qualidade em transparência pública.
- (D) A manutenção dos equipamentos e das condições adequadas para a comercialização de produtos químicos.
- (E) O gerenciamento de resíduos de serviços de saúde e o relatório de impacto ambiental.

30

Para fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde a emergências e desastres ocasionados pela seca e estiagem em Minas Gerais, a Secretaria de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) elaborou um Plano de Preparação e Resposta (PPR) específico.

Em relação às possíveis ações indicadas nesse documento para fazer frente às emergências ocasionadas pela seca e estiagem em Minas Gerais, analise as ações a seguir.

- I. No campo da atenção primária, estabelecer previamente articulação e acordos nas Regiões de Saúde, com outros setores e municípios, para cooperação e garantia de recursos, principalmente humanos, materiais e suprimentos de saúde.
- II. No campo da vigilância em saúde, identificar municípios mineiros atendidos pelo programa Transporte e Distribuição de Água Potável da Defesa Civil/MG e reportar ao Ministério da Saúde a situação do Estado de Minas Gerais no cenário de seca e estiagem.
- III. No campo da assistência farmacêutica, apoiar a vigilância em saúde no suprimento de hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano, quando necessário.

São pertinentes as ações descritas em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Conhecimentos Específicos

31

O Estado *Alfa* editou lei específica autorizando a criação da Fundação Estadual de Saúde, que terá por finalidade executar ações e serviços complementares de Atenção Primária à Saúde - APS, de atenção especializada e de vigilância em saúde, no âmbito da promoção, prevenção, cura e reabilitação coletiva e individual, de formação profissional e de educação permanente na área de saúde pública, devendo manter a Escola de Saúde Pública do Estado *Alfa*.

Sobre o caso em tela, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A criação de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde é constitucional.
- (B) A criação de fundação pública para a prestação de serviço público de saúde é constitucional, apenas se ostentar personalidade jurídica de direito público.
- (C) A criação de fundação pública, seja de direito público seja de direito privado, para a prestação de serviço público de saúde é inconstitucional, por se tratar de serviço público essencial.
- (D) A criação de fundação pública, seja de direito público seja de direito privado, para a prestação de serviço público de saúde é inconstitucional, por se tratar de serviço público inerente.
- (E) A criação de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde é constitucional, apenas se a sua instituição for feita por meio de emenda à Constituição Estadual.

32

Marcelo é servidor público estadual, ocupante de cargo efetivo de médico e, atualmente, é Diretor de importante hospital estadual.

Valendo-se de sua autoridade no ambiente de trabalho, Marcelo, dolosamente, utilizou, em serviço particular em seu consultório privado, o trabalho de servidores públicos lotados no hospital estadual, na medida em que as servidoras enfermeiras Maria e Cláudia, durante o horário do expediente do citado hospital estadual, saíam do hospital público para fazer triagem nos pacientes de Marcelo, em seu consultório particular.

De acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, Marcelo

- (A) não praticou ato de improbidade administrativa, pois não é agente público titular de mandato eletivo.
- (B) não praticou ato de improbidade administrativa, pois houve revogação do dispositivo legal que anteriormente tipificava o ato descrito como ímprobo.
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e, por isso, está sujeito, entre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por até 8 (oito) anos.
- (D) praticou ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e, por isso, está sujeito, entre outras sanções, ao pagamento de multa civil equivalente ao valor do dobro do dano.
- (E) praticou ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito e, por isso, está sujeito, entre outras sanções, à perda da função pública.

33

Cláudia é servidora pública estável, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Gestão e Assistência à Saúde. Assinale a opção que indica a situação em que Cláudia, de acordo com o texto da Constituição da República de 1988, perderá o cargo.

- (A) Em virtude de sentença judicial, ainda que não transitada em julgado, mas confirmada em órgão jurisdicional colegiado.
- (B) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (C) Em virtude de condenação à perda da função pública por ato de improbidade administrativa, decretada pelo chefe do Poder Executivo, com imprescindível e prévia chancela do Poder Legislativo.
- (D) Mediante sindicância sumária, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- (E) Mediante procedimento de avaliação mensal de desempenho, na forma de lei específica, assegurada ampla defesa.

34

Fernanda, servidora pública estadual ocupante do cargo de auxiliar de enfermagem, ajuizou ação judicial em face do Estado *Alfa*, alegando que não poderia receber remuneração inferior a um salário-mínimo.

O Estado *Alfa*, em sua defesa, alegou que a remuneração paga a Fernanda está correta, porque, apesar de seus vencimentos serem, de fato, inferiores ao salário-mínimo, a jornada semanal de trabalho da servidora é reduzida, pois é de apenas 20 horas.

No caso narrado, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Fernanda

- (A) não tem razão, pois é permitido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público, independentemente de laborar em jornada reduzida de trabalho, desde que previsto em lei.
- (B) não tem razão, pois é permitido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público, desde que labore em qualquer jornada reduzida de trabalho.
- (C) não tem razão, pois é permitido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público, desde que labore em jornada reduzida de trabalho e se observe a proporcionalidade de um salário-mínimo para 40 horas semanais.
- (D) tem razão, pois é proibido o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário-mínimo ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.
- (E) tem razão, pois é proibido o pagamento de remuneração em valor inferior a dois salários-mínimos ao servidor público, ainda que labore em jornada reduzida de trabalho.

35

No âmbito da capital do Estado *Alfa*, havia grande insatisfação dos usuários dos serviços odontológicos, acessados a partir de planos de serviços oferecidos por sociedades empresárias privadas. Conforme pesquisas de opinião realizadas junto a usuários e prestadores de serviço, constatou-se que a fonte da insatisfação seria a defasagem da tabela de procedimentos odontológicos, o que influía nos materiais utilizados e no tempo que cada profissional poderia dedicar aos seus pacientes, o que geraria reflexos na qualidade do serviço.

A partir de requerimentos apresentados por diversas associações de proteção ao consumidor, o Governador do Estado *Alfa* solicitou que sua assessoria esclarecesse se o Estado poderia legislar sobre a matéria, dispondo sobre os valores mínimos da tabela, sendo-lhe corretamente informado que a competência legislativa era

- (A) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, sendo permitido aos Municípios suplementar a norma editada.
- (B) privativa da União, mas seria possível que os Estados fossem autorizados a legislar sobre questões específicas da referida matéria.
- (C) exclusiva da União, o que acarretava a impossibilidade de ser exercida pelos demais entes federativos, não sendo admitida a sua delegação.
- (D) comum entre todos os entes federativos, sendo que os entes menores estão vinculados aos parâmetros estabelecidos pelos entes maiores.
- (E) do Município, considerando que a questão era predominantemente local, estando adstrita à capital do Estado *Alfa*, não alcançando a integralidade do seu território.

36

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MP nº X), dispondo sobre as garantias ofertadas aos membros da Defensoria Pública da União. Em razão dos debates legislativos, foi ampliado, no âmbito do projeto de lei de conversão, o rol das garantias inicialmente estabelecidas, daí resultando a promulgação da Lei nº Y pelo Presidente do Congresso Nacional.

À luz da sistemática estabelecida na CRFB/88, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma irregularidade.
- (B) somente apresenta irregularidade em relação à promulgação pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (C) somente apresenta irregularidade em relação à introdução de alterações na MP nº X pelos parlamentares.
- (D) somente apresenta irregularidades em relação ao objeto da MP nº X e à promulgação pelo Presidente do Congresso Nacional.
- (E) apresenta irregularidades em relação ao objeto da MP nº X, à sua alteração pelos parlamentares e à promulgação pelo Presidente do Congresso Nacional.

37

Ana, ordenadora de despesas na Fundação Estadual *Alfa*, que tem personalidade jurídica de Direito Público, teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado, o qual, em processo de tomada de contas, imputou-lhe débito, condenando-a a ressarcir o dano causado ao erário.

Considerando os balizamentos constitucionais, é correto afirmar que a pretensão de ressarcimento decorrente da referida decisão é

- (A) prescritível, pois o Tribunal de Contas apenas realizou o julgamento técnico das contas, não julgando Ana.
- (B) prescritível, salvo se o dano tiver sido causado por ato doloso, ainda que não configure ato de improbidade.
- (C) imprescritível, quer se trate de ato culposos, quer doloso, ainda que não configure ato de improbidade.
- (D) imprescritível, pois Ana é servidora pública, não sendo perquirido o seu elemento subjetivo.
- (E) prescritível, salvo se configurar ato doloso de improbidade.

38

Após ampla movimentação política, que congregou todos os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, a partir de projeto apresentado pelo Presidente da Casa Legislativa e após o curso do processo legislativo regular, foi publicada a Lei estadual nº X.

De acordo com esse diploma normativo, o Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* passaria a ter competência para processar e julgar originariamente, em sede de mandado de segurança e mandado de injunção, ações e omissões atribuídas às autoridades que indicou.

O Governador do Estado, cujo veto fora derrubado, solicitou que a Procuradoria-Geral do Estado analisasse a compatibilidade formal da Lei estadual nº X com a CRFB/88, sendo-lhe corretamente respondido que esse diploma normativo

- (A) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade.
- (B) não poderia veicular a referida matéria, que deve ser tratada na Constituição Estadual.
- (C) apresenta apenas vício de iniciativa, já que a matéria é de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça.
- (D) não poderia veicular a referida matéria, que deve ser tratada em lei complementar, de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça.
- (E) cria hipótese de foro por prerrogativa de função não prevista na Constituição da República, sendo materialmente inconstitucional.

39

No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA constitui definitivamente o crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação.
- (B) O prazo de cinco anos para a Fazenda estadual constituir definitivamente o crédito tributário inicia-se com a notificação do contribuinte para recolhimento do crédito.
- (C) O prazo de cinco anos para a fazenda estadual constituir definitivamente o crédito tributário inicia-se com a ocorrência do fato gerador.
- (D) A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA constitui definitivamente o crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no primeiro dia do exercício seguinte.
- (E) O prazo de cinco anos para a fazenda estadual cobrar o crédito por execução fiscal inicia-se com a ocorrência do fato gerador.

40

Segundo a CRFB/88, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre templos de qualquer culto.

Acerca da previsão, é correto afirmar que se trata de

- (A) isenção tributária.
- (B) imunidade tributária.
- (C) exceção ao Princípio da Legalidade.
- (D) anistia tributária.
- (E) moratória.

41

Carolina Rosa, 42 anos de idade, residente e domiciliada em Belo Horizonte, por meio de escritura pública, autoriza o transplante de seus órgãos após a sua morte, desde que suas filhas recebam a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, por meio da MG Transplantes.

Seis meses após a realização da escritura pública, Carolina é informada, oficialmente, por uma analista de gestão da FHEMIG, ser inviável o pagamento pelo transplante. Inconformada, Carolina realiza nova escritura pública revogando a disposição anterior.

A respeito da hipótese apresentada, segundo o Direito Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A informação oficial da analista de gestão da FHEMIG está errada, pois o Código Civil permite o pagamento pelo transplante de órgãos, desde que ocorra após a morte do doador.
- (B) O ato de disposição do corpo após a morte é irrevogável por disposição legal expressa.
- (C) É inválida, para quaisquer fins, a disposição do próprio corpo para depois da morte.
- (D) O pagamento para disposição do corpo após a morte é válido, desde que siga a tabela da FHEMIG publicada na Internet.
- (E) O ato de disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

42

Samuel Takai, 25 anos de idade, residente e domiciliado em Contagem, MG, procurou uma clínica particular especializada em serviço de oftalmologia, que tem mais de cem empregados e colaboradores, para realização de cirurgia ocular.

Por falha no serviço prestado pelo médico, empregado da clínica, a cirurgia foi malsucedida, causando a perda de 90% (noventa por cento) da visão do olho direito; com isso, a visão de Samuel passou a ser monocular.

Acerca da hipótese apresentada, segundo o Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade civil na situação narrada é exclusiva do médico, respondendo objetivamente pelo ato.
- (B) A responsabilidade civil da clínica é objetiva, por força do Código de Defesa do Consumidor.
- (C) Inexiste responsabilidade civil do médico no ato descrito, diante da condição de empregado da clínica.
- (D) O Código de Defesa do Consumidor não incide nas relações privadas de saúde, em razão da natureza de direito fundamental.
- (E) A responsabilidade civil da clínica é subjetiva, por se tratar de atividade de saúde.

43

No mês de dezembro, Yara Esteves, 32 anos, residente e domiciliada em Uberlândia, MG, moveu ação em face da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, pessoa jurídica de Direito Público, pleiteando perdas e danos.

Após a citação, surgiram dúvidas acerca do prazo para o exercício do direito de defesa, visto que não há legislação especial para o caso concreto.

Sobre a hipótese apresentada, com base no Código de Processo Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O prazo para a manifestação processual é contado em quádruplo, por ser a FHEMIG integrante da Administração Indireta.
- (B) O prazo para o exercício do direito de defesa será computado em dias corridos, por ser pessoa jurídica de Direito Público.
- (C) O curso do prazo processual, nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive, deve ser suspenso.
- (D) O prazo para o exercício de defesa será contado incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- (E) A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais tem prazo em dobro para as suas manifestações processuais.

44

Silvana tem 22 anos de idade e Rodrigo, 17 anos de idade. Ambos foram contratados como empregados, com registros nas carteiras profissionais, para serem auxiliares de garçom em uma famosa churrascaria. A jornada de trabalho de ambos é de segunda-feira ao sábado, das 19 às 03 horas, com intervalo de 1 hora para refeição.

Acerca da situação apresentada, de acordo com os ditames da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos os contratos são proibidos porque as mulheres e os menores não podem se ativar em horário noturno.
- (B) Somente o contrato de Silvana é ilícito.
- (C) Os contratos de Silvana e Rodrigo são plenamente válidos.
- (D) Somente o contrato de Rodrigo é proibido.
- (E) Para a realização da atividade pretendida o esposo de Silvana e os pais de Rodrigo precisam dar autorização por escrito.

45

Henrique ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador, que é uma padaria.

Em defesa, o reclamado apresentou resposta escrita na forma de contestação e reconvenção. O juiz concedeu prazo para Henrique contestar a reconvenção. Logo após ocorreu a instrução, ouvindo-se as partes e as testemunhas.

De acordo com a CLT, em relação aos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, para os casos de indeferimento de gratuidade de justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Haverá concessão de honorários advocatícios na ação principal e na reconvenção, de 5% a 15% em cada uma delas.
- (B) A justiça condenará em honorários advocatícios apenas o perdedor da ação principal, limitado a 20%.
- (C) Tendo havido manejo da reconvenção, somente nela é que haverá condenação em honorários advocatícios de 15%.
- (D) A parte vencedora deverá optar entre o recebimento dos honorários advocatícios em relação à ação principal ou à reconvenção, pois é proibida a cumulação.
- (E) Na ação principal os honorários advocatícios serão concedidos entre 10% e 20% e na reconvenção, de 5% a 15%.

Prova Discursiva

Questão 1

Sobre o regime jurídico das fundações públicas, responda aos itens a seguir, de forma fundamentada e com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Indique do que depende uma fundação instituída pelo Estado para se qualificar como sujeita ao regime público ou privado.
- b) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação podem se submeter ao regime jurídico de direito privado de uma fundação pública? Justifique.
- c) A fundação pública *Alfa*, com personalidade jurídica de direito público, e a fundação pública *Beta*, com personalidade jurídica de direito privado, ambas destinadas à prestação de serviços de saúde, podem adotar atualmente o regime celetista para contratação de seu pessoal? Justifique.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

Questão 2

João e Maria, estudiosos do *Direito Constitucional*, estão analisando as características essenciais dos direitos fundamentais. João entende que alguns direitos fundamentais têm caráter absoluto. Maria, por sua vez, defende que os direitos fundamentais sempre têm caráter relativo.

Analise a relevância da divisão das normas constitucionais em regras e princípios para a compreensão das posições de João e Maria.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

Realização

